

Mailson confirma reescalonamento de US\$ 64 bilhões em vinte anos

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O Brasil vai pagar em vinte anos, com oito anos de carência, o estoque da dívida externa representado por contratos antigos e que vem sendo depositado no Banco Central. O montante a ser reescalonado abrange o período de 1986 a 1993 e é de cerca de US\$ 64 bilhões (95% de US\$ 67 bilhões porque os restantes 5% vencem depois de 1993), envolvendo tanto a dívida do setor público (cerca de US\$ 48 bilhões) quanto do setor privado. A carência, no entanto, não será plena.

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, ao anunciar formalmente na sexta-feira o entendimento com os bancos credores em torno do reescalonamento, informou que o Brasil fará no período de carência um pagamento pequeno de amortizações. No jargão dos banqueiros, isto é chamado de "down-payment". Ele não soube dizer de quanto seria este pagamento antecipado nem de que forma seria feito.

"O 'down-payment' foi um compromisso assumido pelo Brasil que vai envolver quantias pequenas, compatíveis com o fluxo do balanço de pagamentos do País, para demonstrar o desejo de pagar a dívida



Mailson Ferreira da
Nóbrega

externa", observou o ministro da Fazenda.

Os desembolsos das amortizações vão obedecer a uma escala que cresce na medida em que o período de pagamento chegar perto do prazo final. Assim, no nono mês, o País efetua o desembolso de 2% da dívida reescalonada, enquanto que no último ano, o vigésimo, vai pagar 10% do total.

Este entendimento foi acertado com os bancos credores na quinta-feira e leva para o ano de 2008 o pagamento da última parcela das amortizações da dívida antiga. "Este é o melhor prazo já conseguido pelo País após 1983 e é, seguramente, o maior prazo

que tivemos desde que começou o processo de reciclagem dos petrodólares", enfatizou o ministro da Fazenda, ressaltando que o período do reescalonamento é mais um item importante do acordo que só deverá estar definitivamente no papel em fins de março. O Brasil já havia, no sábado passado, chegado ao valor de US\$ 5,8 bilhões de empréstimos para financiar o balanço de pagamentos neste ano, com taxa de risco de 0,8125% e mais uma taxa de adesão de 0,375%.

Também já está acertado com os bancos credores a aplicação do princípio do "carve-out" que fará incidir sobre o estoque da dívida a taxa de risco de 0,8125%, mais baixa do que aquela negociada pelo ex-ministro Dilson Funaro, quando se chegou a uma taxa de risco de 1,125% para as amortizações de 1985 e de 1986 até o dia 15 de abril daquele ano. Por falta de outro acordo definitivo, as amortizações que vêm sendo depositadas no BC desde 15 de abril de 1986 estão sendo contabilizadas com "spread" de 1,125%, mas a taxa mais baixa negociada agora vai retroagir até aquela data. O que não se sabe, ainda, é se o princípio do "carve-out" será aplicado apenas a dívida do setor público.

Esta questão, segundo o ministro, ainda

não foi definida. Já está acertado, no entanto, que todo o estoque da dívida velha passará a ficar referenciado à variação da "Libor" (taxa de juro do interbancário de Londres).

Mailson da Nóbrega informou, também, que é sua intenção fazer aos poucos o pagamento da dívida que o Brasil tem junto a agências de bancos brasileiros no exterior e que representa cerca de US\$ 7,7 bilhões, sendo que o Banco do Brasil é o maior credor.

O governo ajuda a limpar os ativos destas instituições de um problema já que estes empréstimos de longo prazo são sustentados por operações de curtíssimo prazo, tomadas no mercado interbancário. Na medida em que a dívida com estes bancos for quitada, os bancos credores podem substituir as linhas de curto prazo do interbancário (projeto 4) por financiamentos de comércio (Projeto 3).

Outros pontos estão pendentes de acordo. Um deles é o "re-lending" (reempréstimo interno dos recursos das amortizações retidas no BC). "Os bancos querem o máximo de liberdade para aplicar esses recursos, mas temos dois aspectos a considerar: o crescimento do déficit público e o impacto expansionista que causa sobre a emissão de moeda", explicou Mailson.